

# Alguns elementos da trajetória das políticas sociais na América Latina: aproximações com México e Brasil

Aline Souto Maior Ferreira<sup>1</sup>

## Resumo

O presente estudo resgata elementos da trajetória das políticas sociais na América Latina, com especial ênfase nos processos vivenciados no México e no Brasil. A intenção é demonstrar as contradições desses processos que envolvem aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos, e suas repercussões para a atual conjuntura vivenciada no continente de grandes dificuldades para a garantia e ampliação dos direitos e políticas sociais, fundamentais para a melhoria das condições de vida da população e agenda de lutas sociais.

## Palavras chave

Política social; América Latina; México; Brasil

## Some elements of social policies's trajectory in Latin America: approaches with Mexico and Brazil

## Abstract

This study rescues elements of the social policies trajectory in Latin America, with special emphasis on processes lived in Mexico and Brazil. The intention is to demonstrate the contradictions of these processes that involves historical, social, economic and political aspects and their repercussions on the current situation experienced in a continent with great difficulties for the assurance and expansion of rights and social policies that are essential to the improvement of life of the population and social struggles agenda.

## Keywords

Social policy; Social welfare systems; Latin America; Mexico; Brazil

## Apresentação

Parte das reflexões apresentadas neste texto é fruto da pesquisa realizada no doutorado em Ciências Sociais, realizado junto à Universidade de Guanajuato, México (FERREIRA, 2015). O enfoque que orienta estas proposições aborda as políticas sociais como resultado de processos contraditórios, que apesar de suas limitações, são centrais para a garantia de melhores condições de vida para a população usuária e demanda importante na agenda das lutas sociais por ampliação de direitos sociais e cidadania (BHERING e BOSCHETTI, 2010).

O objetivo não é apresentar uma recapitulação linear e detalhada de sua constituição e desenvolvimento; a intenção é demonstrar as contradições desses processos e de suas repercussões para nosso contexto. Especialmente na atual conjuntura latino-americana de agravamento dos conflitos políticos. Conjuntura que prova que diante das disputas políticas e ideológicas pelas quais passa o continente, mesmo os poucos avanços conquistados estão ameaçados. Essa apresentação também visa contribuir com análises que abordam a trajetória política e social brasileira no contexto mais amplo da América Latina, o que não só é fundamental pelas possibilidades de aprendizado que outras experiências nos permitem, mas sobretudo pela ampliação da própria perspectiva de compreensão da nossa história.

Nesse sentido, ao recuperar alguns elementos da trajetória histórica da política social na América Latina, esta escolha direciona o olhar, principalmente, para Brasil e México, dada a importância dos dois países para o desenvolvimento da região, inclusive no que se refere à suas economias e ao acúmulo intelectual alcançado. Além desses fatores, apresentam sociedades em condições de comparação, pois se tratam de países majoritariamente urbanos, de grande extensão territorial, populosos, que já alcançaram padrão de renda *per capita* mediana e em que se identificam inúmeras possibilidades de desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo em que persistem a pobreza, a concentração de renda e de propriedade e a desigualdade social. Ou seja, países que podem ser caracterizados como sociedades periféricas complexas e dinâmicas como a brasileira e a mexicana (SOUZA, 2012).

O olhar mais atento sobre essas duas realidades também nos permite verificar que, principalmente nos últimos anos, ambos os países vieram construindo opções com diferenças importantes no que se refere às políticas sociais, ao mesmo tempo em que deram centralidade a programas de transferência de renda. O que explica que os programas Prospera e Bolsa Família, respectivamente no México e no Brasil, sejam prioridades nacionais, atendendo milhões de famílias e que mesmo após mais de 10 anos de existência ainda se mantenham como

modelos de iniciativas a serem replicadas em outros países, sobretudo na América Latina, para o enfrentamento da pobreza.

### **Alguns Antecedentes**

Foi durante o século XX que se assistiu ao desenvolvimento mais significativo de sistemas de seguridade social na América Latina, de acordo com os distintos contextos de cada país esses sistemas de proteção social foram construídos de forma mais pioneira ou mais tardia, mais ou menos ampliados, porém com muitas características em comum. Destacadamente apresentando traços de fragmentação institucional, praticamente nulas possibilidades de participação e controle social, forte vinculação com o mercado formal de trabalho e caráter contributivo.

A “construção” na América Latina de sistemas de proteção social ocorreu em contextos autoritários e instáveis, a partir do momento em que muitos dos nossos países começaram uma mudança do modelo agroexportador para um modelo urbano industrial.

En América Latina, las políticas sociales y los sistemas de prestaciones sociales tienen una larga historia. La fase expansiva de dichos sistemas estuvo acoplada con el proceso de industrialización a través de la ISI, en auge entre los años cuarenta y setenta. (BARBA, 2008, p. 65)

Respeitadas as especificidades dos países da América Latina, é essencial enfatizar que, ao aderir ao modelo de industrialização por substituição de importações (ISI), esses processos foram levados a cabo em sociedades extremamente desiguais, com histórias de subordinação de grupos étnicos, onde a maioria da população vivia no campo. Contexto que influenciou a intervenção do governo como um todo, mas também para as incipientes políticas sociais que assumiram um papel estratégico na formação do trabalhador urbano (BARBA, 2008). Não é por acaso que este período histórico foi marcado por governos autoritários populistas no continente.

Brachet-Márquez (2004) elaborou uma periodização da trajetória do que ela chama “Estado Benefactor Mexicano” que apresento em seguida apenas para ilustrar a discussão, que apesar de ser uma caracterização da trajetória do México, demonstra semelhanças e influências entre os modelos adotados nos diferentes países. A autora identifica quatro etapas fundamentais do desenvolvimento do “Estado Benefactor”:

1. Independência, Reforma e República Restaurada (1822-1877) – período marcado pela contradição entre a afirmação da soberania em contraposição à Igreja católica e a autoridade desta nos assuntos políticos;
2. Porfiriato (1877-1910) – Permanência da Igreja à frente de questões como saúde e assistência aos necessitados, e por outro lado, a política educacional estatal identificada com processos geradores de desigualdade social;
3. Estado “Benefactor” Pós- revolucionário Ascendente (1917-1982) – período que se desenrola a partir do processo revolucionário mexicano iniciado em 1910, e que foi o mais inovador, inclusive no que se refere ao reconhecimento dos direitos dos camponeses indígenas e da população em condições de pobreza de maneira geral, ainda que apesar dos avanços o mesmo período tenha sido tempo de contradições, não só em relação ao cumprimento da avançada Constituição de 1917<sup>2</sup> (qualquer semelhança com os ataques à Constituição Brasileira de 1988 não é mera coincidência), mas devido às experiências de autoritarismo e da prioridade dada aos trabalhadores urbanos formais.
4. Estado “Benefactor” Pós-revolucionário descendente (1982-2003) – Período caracterizado pela adoção das políticas neoliberais.

Ainda que esta periodização seja útil para entender o desenvolvimento da proteção social no México relacionando ao contexto latino-americano mais amplo, nosso olhar deve focalizar dois pontos primordiais: o primeiro consiste na debilidade do sistema de proteção social construído no México até o momento, que desde minha perspectiva não chega a constituir-se em um Estado “Benefactor”, o segundo é que ousa afirmar que o período iniciado em 1982, ainda segue vigente, sem mudanças estruturais, o que denuncia a permanência dos preceitos neoliberais na região.

A respeito da Constituição Mexicana de 1917, cabe recordar que sua posição de vanguarda em termos sociais está diretamente relacionada ao contexto socio-histórico que experimentava o país depois dos anos de luta do processo revolucionário. O processo revolucionário mexicano, assim como os avanços expressos no texto constitucional de 1917 foram, inclusive, uma referência para todo o continente, já que de acordo com Santana, deve ser entendido como “el primer gran movimiento insurreccional de masas del siglo XX, que generó un modelo de

elementos políticos y culturales, que tuvo un determinado impacto en los países latinoamericanos” (2007: 105).

É necessário destacar também nesse processo as bases para o autoritarismo da intervenção estatal na vida da população, o que marca o desenvolvimento da política social no México e na América Latina em geral.

La herencia fue un orden sociopolítico autoritario y corporativo, legitimado a través de la manipulación ideológica de su origen revolucionario, de la escatología cristalizada en la Constitución del 17 y de la intervención paternalista del Estado a cambio de lealtad política y subordinación social a las formas de organización propuestas por el Estado. El legado fue también discursivo, a través de la transmisión de un orden simbólico que justificaba cualquier decisión de la “familia revolucionaria” como un avance hacia la realización de la justicia social anhelada por la Revolución de 1910. (BARBA, 2004b, p. 27)

Nesse sentido, Mariñez (2002) afirma que a partir dos anos quarenta, o processo de industrialização e modernização desenvolve um paradigma de proteção dirigido aos trabalhadores urbanos. O autor afirma também que ao longo dos anos seguintes, este paradigma, somado aos preceitos constitucionais, levou ao incremento do gasto social. Contribuíram nesta direção os apelos a uma ideologia nacionalista e o auge petroleiro vivido pelo país até os anos oitenta. Processo muito similar aos ocorridos no Brasil e na Argentina, de Vargas e Perón, respectivamente.

A partir das proposições de Barba (2004b) podemos perceber que chama a atenção que o desenho da institucionalidade da política social no período respaldava o projeto de industrialização de forma que mantinha a legitimidade dos regimes políticos, quer dizer, servindo também como estratégia de controle social. Nessa mesma direção o autor destaca que esse tipo de organização da seguridade social teve como características fundamentais práticas autoritárias; instituições de seguridade social e saúde excludentes; instituições assistenciais que não ofereciam direitos sociais; uma política de educação direcionada a universalização da educação primária e que privilegiava o setor urbano. Resulta desta configuração um contexto de fragmentação social já que apesar da incorporação de novos contingentes ao mercado de trabalho, este não alcançou absorver toda a demanda originada pelo crescimento populacional e pela migração massiva do meio rural para os centros urbanos, de maneira que houve vantagens primordialmente para as camadas médias e altas urbanas, enquanto parte da população permaneceu ata-

da ao mercado informal de trabalho; condições que se expressam nos indicadores sociais do México para o período, abaixo de outros países do continente, como Uruguai, Argentina, Chile e Costa Rica (BARBA, 2004b).

Santos (2012) nos ajuda a compreender que a intervenção do Estado na economia na América Latina sempre teve o claro objetivo de assegurar o desenvolvimento do capital privado e não investiu em avanços democráticos e sociais, contrariamente ao que aconteceu nos países do capitalismo central. A conjuntura de debilidade democrática se evidenciou no modelo de proteção social na América Latina, baseado no emprego formal, o que garantiu dois tipos básicos de benefícios: os cuidados de saúde, enfocados numa perspectiva individual e curativa, e os benefícios relacionados com acidentes de trabalho e aposentadoria/pensão. Apesar dos progressos em termos de proteção social desde a sua constituição inicial, cabe destacar que os nossos países têm falhado em construir um sistema de proteção social comparável aos Estados de bem-estar social.

No entanto, a partir dos anos setenta, a crise do capital internacional, a globalização e a inovação tecnológica impactaram diretamente a dinâmica do trabalho e da autonomia dos Estados-nação. Nas palavras de Moneratt et al (2007) as transformações reintroduziram a tensão entre o projeto de proteção social baseada em direitos de cidadania e propostas de estado mínimo. As autoras demonstram que desemprego estrutural, o enfraquecimento das formas tradicionais de associação e de lutas e insuficiente ação pública frente à diversidade dos problemas sociais multiplicaram as experiências de exclusão, vulnerabilidade e dependência entre os grupos sociais anteriormente protegidos em países do capitalismo central.

Nesse contexto mundial, enquanto os países capitalistas desenvolvidos estavam discutindo a crise dos seus sistemas de proteção e as opções para a reforma, a América Latina ainda estava em processo de maturação dos sistemas de proteção social. A ampla divulgação de uma “inviabilidade econômica” da ampla proteção social teve efeitos paralizantes e provocou retrocessos nas conquistas sociais latino-americanas. O projeto neoliberal foi então apresentado como uma resposta a todos os males sociais, tendo como prioridades o combate à proteção ao trabalho, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado (MONERATT et al, 2007).

São características intrínsecas deste projeto a falta de compromisso com o pleno emprego; a diminuição da despesa pública social; a substituição de serviços sociais de caráter universal por investimentos em ações seletivas e focalizadas voltadas para os grupos mais empobrecidos, ênfase na responsabilidade individual, privilegiando a lógica de contrato e de seguros, e a correlata retração da

responsabilidade estatal. A chamada reforma do Estado é ligada à proposta de desregulamentação da acumulação do capital. A fim de orientar este processo – especialmente em países periféricos – é que as agências internacionais de financiamento patrocinaram o que é conhecido como o “Consenso de Washington”, um verdadeiro manual de instruções para conduzir políticas neoliberais; aspecto importante para a consolidação do projeto neoliberal como uma estratégia hegemônica do capital global. No campo social e político-institucional, eles colocaram sobre a mesa os direitos sociais e as funções reguladoras macroscópicas do Estado (MARTINEZ MENDIZABAL, 2008).

Os países da região, de acordo com os preceitos neoliberais, tenderam ao abandono da política de substituição de importações e de investimentos em infraestrutura e regulamentação de seus mercados e seguiram em direção à abertura comercial, a desregulamentação da economia, e precarização do trabalho. Também de forma generalizada no continente, a adoção do pacote neoliberal não contribuiu para o crescimento econômico tão anunciado pelos defensores do Consenso de Washington.

Como destacado por Laurell (2000) no contexto do neoliberalismo – em relação ao tratamento dado à questão social – a orientação da ação estatal mudou substancialmente. A compreensão da política social enquanto construção possível resultante dos conflitos de interesses de classes sociais é despolitizada, e sua subordinação a interesses econômicos acentuada, de forma inclusive a incentivar processos de privatização pela transferência para o mercado ou para a setores da sociedade civil –de acordo com a condição econômica da clientela. O resultado foi para os segmentos de renda mais alta, a qualidade do serviço social privado de acordo com seu poder de compra, e para os segmentos de trabalhadores pobres, as políticas sociais estatais e/ou serviços filantrópicos. Como consequência, ainda de acordo com a autora, foram geradas três diferentes categorias de cidadãos: integrados/consumidores, os excluídos / usuários e excluídos / assistidos. Este conjunto de alterações tornou-se o que ela chamou de “um passo em direção ao passado.”

A transferência de responsabilidades e funções do Estado para organizações da sociedade civil, também chamadas de terceiro setor, como Montañó já evidenciou (2001), é um fenômeno crescente na conjuntura neoliberal, e podem se referir à desde associações ligadas aos movimentos populares, organizações filantrópicas tradicionais, até mesmo a grandes fundações ligadas ao capital. Como o autor nos ensina, é fundamental lembrar que embora sejam apresentadas como iniciativas de ordem privada com motivações relacionadas à “responsabilidade social”, o financiamento desse nebuloso terceiro setor é muitas vezes público, devido às

parcerias entre governo e sociedade civil, mas também por meio de isenções de impostos e encargos fiscais.

O conjunto de mudanças sinalizadas afetou a capacidade de manutenção das ainda que precárias políticas sociais latino-americanas. Neste sentido Duhau (2001) destaca que houve uma reorientação da proteção social, que seguindo as propostas neoliberais, se caracterizaram principalmente por certo grau de descentralização, em particular no âmbito da saúde e da educação básica; reforma financeira e administrativa da seguridade social, com abertura para privatizações e criação de novos programas focalizados na atenção à pobreza, com enfoque em estratégias de corresponsabilidade de beneficiários.

É nesse contexto, que já na década de 90 o México firma o Tratado de Livre Comércio (TLC) com Estados Unidos e Canadá, e implementa o Programa Nacional de Solidaridad (PRONASOL) de 1989-1994 - que não por acaso tem significativas semelhanças com o Programa Comunidade Solidária do Governo Fernando Henrique Cardoso no Brasil<sup>3</sup>. Ambos surgem como estratégias focalizadas, insuficientes e seletivas – inclusive na perspectiva territorial – e apelavam para uma orientação na atenção à população que reafirmava a lógica da benemerência e do favor desde o próprio Estado, e não do direito social. Esses programas foram criados para lidar com o descontentamento popular, frente ao agravamento das condições de vida da população em consequência dos ajustes econômicos. Nesse sentido Boltvinik alerta para as razões do período se caracterizar por ações focalizadas de combate à pobreza:

Es importante entender que la lucha contra la pobreza extrema es parte integral del neoliberalismo, no es un adorno ni un acto externo al modelo; está en su esencia misma. En el mismo Hayek se encuentra la idea de que para alcanzar la igualdad de oportunidades todos tienen que tener suficientes capacidades para jugar dentro de las reglas del mercado. Por eso no debe sorprendernos el énfasis en el discurso de la política en México sobre la lucha contra la pobreza extrema y no contra la pobreza en general. (BOLTVINIK, 2004, p. 318)

Preciado Coronado (2011) destaca que o México está entre os países de emblemática adoção do Consenso de Washington. Nesse contexto, a política social se configura como dual – já que convivem algumas políticas de orientação mais universalista e programas públicos focalizados – e residual – ao incentivar a atuação e expansão do mercado na produção e distribuição de serviços



sociais. Sinaliza ainda o caráter clientelista que assume a política social como estratégia para conferir legitimidade às ações estatais.

As seguidas crises econômicas que atingiram os países da região – com destaque para os processos argentino, mexicano e brasileiro – afetaram notadamente a população, e de maneira mais severa aqueles que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social. De acordo com *Damián* (2011b), a era neoliberal se caracterizou por falta de dinamismo econômico, volatilidade financeira e quase permanente recessão provocada pela busca do equilíbrio fiscal e a implementação de políticas pró-cíclicas, o que provocou aumento da pobreza e da desigualdade.

Para entender como esse processo foi possível cabe recuperar o que foi sinalizado por *Sader* (2008) sobre a tradição autoritária da América Latina. O autor enfatiza que a tradição das ditaduras que o continente experimentou, principalmente a partir dos anos sessenta, abriu caminho para a implementação das políticas neoliberais da década de oitenta. Frente à decadência social, o aumento da pobreza, da desigualdade e ineficiência das políticas em vigor até então, durante a década seguinte, a discussão sobre a política social focalizada no combate à fome e à pobreza na América Latina se tornou questão fundamental (*BARBA*, 2004b). Importância que certamente foi impulsionado por organizações internacionais, que, como sarcasticamente salientou *Fernandes* (2008) recomendaram políticas que exacerbaram a desigualdade e a pobreza no continente para expressar simultaneamente a sua dor através de inúmeras investigações sobre “a pobreza na América Latina”.

Vale a pena notar que o neoliberalismo, como *Anderson* (2008) aponta, é um movimento mundial, que na América Latina soube aproveitar o desastre da hiperinflação sofrida pela população para justificar as suas reformas e fazer com que suas propostas fossem aceitas em contextos democráticos fracos. Isto significa que apesar de ter freado a hiperinflação, o custo social destes ajustes tem sido imenso, intensificando as desigualdades históricas de nossas sociedades. Como já é amplamente debatido, suas poucas conquistas econômicas se opõem ao seu êxito político e ideológico alcançado pela falaciosa preposição de inexistência de alternativas possíveis (*TAVARES*, 2002).

O neoliberalismo teve como experiências centrais no nosso continente, além do México, Chile e Argentina, o que, segundo *Sader* e outros críticos como *Oliveira* (2008), não significa que a gravidade do impacto das suas políticas tenha sido menos sentido em outros países. Como a CEPAL destaca:

Incluso los países que han llegado un poco más lejos en materia de bienestar y que logran mayor articulación entre empleo y protección social enfrentan problemas para reducir la desigualdad originada en las esferas productiva y laboral. Esto ocurre en parte por la enorme influencia de los modelos y estrategias de desarrollo – así como por la política macroeconómica impulsada y en parte porque la arquitectura de los Estados sociales donde han logrado consolidarse – continúa casi exclusivamente anclada al modelo de empleo formal, orientado al jefe de hogar, con esquemas biparentales nucleares estables y con demandas estables desde el ámbito productivo. (CEPAL, 2013, p. 26)

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre os sistemas de proteção social latino-americanos não podemos caracterizá-los como estados de bem-estar. Barba é claramente um dos autores que assume justamente que não é possível considerar que os países da América Latina chegaram a se tornar estados de bem-estar, mas destaca e reforça a viabilidade do uso do conceito de regimes de bem-estar para caracterizar os diferentes sistemas de seguridade social construídos no continente. Neste sentido Barba avança na análise e classifica os regimes de bem-estar da América Latina:

Sin embargo, como he sostenido en un extenso estudio sobre los sistemas de bienestar en Latinoamérica (BARBA, 2003), no es correcto hablar de un solo tipo de régimen de bienestar en la región, sino de tres tipos desarrollados bajo el paraguas del paradigma del seguro social: los universalistas, los duales y los excluyentes. (BARBA, 2008, p. 66)

Embora a lógica do seguro social favoreça a identificação dos modelos desenvolvidos na América Latina com o modelo conservador, o autor mostra como as especificidades do continente em relação à instabilidade política, fragilidade democrática, baixos níveis de industrialização e renda, além das dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais, geraram características específicas para os regimes de seguridade social latino-americanos. O autor destaca entre os países do continente com perfil universalista Uruguai e Costa Rica, por exemplo, que construíram seus sistemas de proteção a partir da expansão progressiva da cobertura. Entre os duais caracteriza países como México, Brasil, Colômbia, que têm uma tendência a favorecer grupos urbanos em condições de trabalho formal. Os países da região considerados pelo autor como regimes excludentes devido à

inexistência de proteção para a maioria da população são, entre outros, alguns dos países da América Central e Peru, Bolívia, Paraguai e Equador.

A dualidade de sistemas de proteção social refere-se à dualidade de direitos, ou seja, os direitos são garantidos de forma segmentada, de maneira que a população não tem os mesmos direitos, portanto, não tem o mesmo status de cidadania. E é o próprio Estado que o ratifica a partir de regulamentação e prestação pública de distintos sistemas de proteção. Assim, embora de acordo com as proposições de Barba, no caso da América Latina em geral, para analisar a seguridade social no Brasil, o conceito de dualismo se torna insuficiente devidos às alterações produzidas a partir da Constituição Federal de 1988 e seu contraditório processo de implementação.

Huber (2004) destaca no caso brasileiro, o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais do período de transição democrática no país para viabilizar que a Constituição Federal de 1988 incorporasse uma perspectiva mais universal dos direitos sociais. Esta especificidade brasileira foi caracterizada por Fleury (2003), como seguridade social inconclusa, caracterização que ao mesmo tempo em que destaca a importância dos preceitos constitucionais destaca os enormes desafios para a efetividade dos direitos sociais no Brasil, numa conjuntura de progressos em termos de garantias legais e construção de sistemas unificados de implementação da política.

A especificidade brasileira se observa, dessa forma, na garantia legal de maneira igualitária e equitativa dos direitos sociais concretizados por intermédio de políticas sociais, independentemente da relação de trabalho e da exigência de contribuição. Central a este respeito são, portanto, a afirmação da saúde como direito universal – com a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) em 1990 – e a caracterização da Assistência Social, como responsabilidade do Estado a ser garantida a quem dela necessitar, portanto não há por princípio distinção de direito, e consequentemente de cobertura, e o não cumprimento desses preceitos se torna passível de judicialização. No entanto, as disputas de projetos de sociedade só foi permitir a regulamentação da assistência social em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social, mas o seu processo substancial de desenvolvimento só se iniciou a partir da construção da Política Nacional de Assistência Social em 2004.

É um avanço em relação à seguridade social na América Latina de modo geral, porém infelizmente esse avanço ainda não significou o investimento apropriado nas políticas sociais, sendo frequentes os ataques ao tripé da seguridade social brasileira – saúde, previdência social e assistência social – apesar de ser um eixo fundamental para a consolidação da democracia e dos direitos de cidadania. A população brasileira até o momento atual segue enfrentando enormes dificuldades

para acessar, de maneira equânime e com qualidade, serviços e benefícios sociais aos quais tem direito. Nas palavras de Sposati, abordando especificamente a assistência social, identificamos a complexidade do caminho a percorrer:

Ainda não se conhecem, não se incorporam, e não se operam sob a égide de direitos, os benefícios e os serviços de assistência social. Trata-se de um forte trabalho de operacionalização dos direitos que exige não só a ação no Executivo, como do Legislativo e do Judiciário. (SPOSATI, 2009, p.52)

Toda essa conjuntura desfavorável à efetividade dos direitos sociais por meio das políticas sociais contribuiu para, apesar da posição hegemônica do neoliberalismo na América Latina, a proliferação de críticas, resistências e tentativas de construção de alternativas políticas. Sader (2008) recorda a força dos movimentos sociais dos anos noventa como uma primeira onda de resistência ao neoliberalismo na América Latina, representada pelos movimentos sociais como os zapatistas no México, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil e a organização do Fórum Social Mundial. De acordo com Barba:

Frente a los magros logros alcanzados por los procesos de estabilización, ajuste y reforma social, tanto el consenso como la agenda de reforma se han desgastado, dando pie a la aparición de conceptos, lecturas y propuestas diferentes respecto a lo que debe considerarse prioritario en términos económicos y sociales a escala regional o nacional. (BARBA, 2008, p.53)

Pensadores como Therborn (2008), Anderson (2008) e Boron (2009) chamaram a atenção para a possibilidade de que novas alternativas políticas fossem construídas na América Latina, em comparação com a tragédia crescente das políticas neoliberais. Estes autores destacaram os desafios para a esquerda latino-americana no sentido de combinar estabilidade econômica com crescimento e justiça social, reafirmando que o desafio não se refere somente à expansão das políticas sociais, mas devem incorporar transformações significativas de ordem econômica.

### **Novo Milênio**

O desastre das políticas neoliberais no nosso continente contribuiu para a eleição de governos – na primeira década do novo milênio - que apresentavam propostas de maior investimento e ampliação das políticas sociais, processo que

atingiu distintos países da região como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Chile (URIBE GÓMEZ, 2011). Nesse contexto de insatisfação popular com as políticas neoliberais na América Latina desde a primeira década do novo milênio, especialmente entre este grupo de países, se verificou um maior investimento em políticas sociais, embora isso não tenha significado uma ruptura com o neoliberalismo, ainda que tenha indicado uma postura de valorização da centralidade do Estado no tratamento das expressões da questão social.

Certo otimismo contribuiu para que o debate em torno dessa conjuntura viesse a considerar que estaria em construção um modelo alternativo ao neoliberalismo, o pós-neoliberalismo, nas palavras de Sader:

Esas es la disputa: el pos neoliberalismo es el camino de negación del capitalismo en su fase neoliberal que mercantiliza todo, en que todo tiene precio, todo se compra, todo se vende. El pos neoliberalismo al contrario afirma derechos, valores, esfera pública, ciudadanía y ahí está la disputa fundamental de nuestro tiempo, en que América Latina es el escenario más importante, el eslabón más débil de la cadena neoliberal. (SADER, 2008, p. 43)

Apesar de ser um fato que o início dos anos 2000 marca um período de seguidas vitórias de governos de orientação de esquerda na região, sobretudo no Cone Sul, não é possível atribuir as mesmas características para os processos vividos por este grupo de países, nem tampouco confundir os avanços em termo de políticas sociais com ruptura com o neoliberalismo. Na atual conjuntura regional essa possibilidade parece ainda mais distante. A caracterização desse período para a CEPAL, tem o seguinte sentido:

Aunque en lo económico persisten orientaciones predominantemente excluyentes e incluso regresivas, en el campo de las políticas sociales la ortodoxia de los años ochenta y noventa parece ir cediendo ante nuevas formas de pensar el rol del Estado frente a la protección social, la pobreza y la desigualdad (CEPAL, 2010a). La señal más clara es que en la última década se han puesto en marcha políticas destinadas a fortalecer el pilar no contributivo de la protección social (CECCHINI y MARTÍNEZ, 2011) y, en una lógica más universalista, se han emprendido esfuerzos por extender derechos y prestaciones en salud y pensiones, garantizar ingresos básicos y extender la cobertura de servicios fundamentales, como la educación. (CEPAL, 2013, p. 29)

De acordo com Bustelo (2004), a situação dos países latino-americanos, com taxas crescentes de desigualdades estava atingindo um ponto de saturação no início do milênio, o que explica talvez em parte o crescimento nos discursos oficiais da preocupação com justiça social e redistribuição de renda. Entre este grupo de países é preciso destacar que alguns sinalizaram intenções de mudanças mais profundas, como Equador, Bolívia e Venezuela, e que também em alguns se assumiu a necessidade de enfrentamento das marcadas desigualdades étnicas.

Nações como Argentina, Chile, Brasil, Uruguai – em maior ou menor intensidade – mantiveram suas políticas econômicas neoliberais voltadas para o mercado internacional, ainda que tenha sido um momento de esforços por integração regional e de aumento de investimentos na área social.

No caso brasileiro destacam-se os avanços relativos à Política de Assistência Social – note-se que as outras políticas integrantes da Seguridade Social no Brasil enfrentaram reformas e interferência dos interesses do capital no período. Em vários países da região houve melhoras importantes dos indicadores sociais. Os resultados deste período foram amplamente divulgados em relatórios e panoramas sociais de organismos internacionais e os dados comprovam a redução da pobreza na região nesse período, a redução do desemprego, e as conquistas em direção aos pactos internacionais, como os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”<sup>49</sup>.

É preciso notar que os resultados brasileiros impactaram positivamente as estatísticas da região, devido ao seu contingente populacional. É preciso destacar também que esses esforços centraram-se principalmente no combate à pobreza extrema, por meio do investimento em transferência renda, o que foi amplamente reproduzido pelos outros países da região, influenciados principalmente pelos êxitos objetivos e políticos do programa brasileiro Bolsa Família. Exemplos dos resultados obtidos podem ser observados a seguir:

Es posible afirmar que se obtuvieron resultados positivos, que indican que la región en su conjunto logró avances importantes en algunas metas, aunque el avance haya sido desigual de un país a otro. En gran medida, la heterogeneidad entre países refleja la paulatina apropiación y adecuación de los ODM (objetivos de desarrollo del milenio) a las realidades nacionales y los esfuerzos realizados por los gobiernos, facilitados por las condiciones favorables que se dieron en el período de bonanza previo a la crisis. (CEPAL, 2015, p.7)

Los países de la región han logrado progresos significativos en la reducción de la pobreza extrema en el transcurso de las dos últimas décadas. En torno a 2008, la región había alcanzado el umbral de la reducción a la mitad de los niveles de 1990. En 2011, el porcentaje de personas que vivían con menos de 1,25 dólares diarios era del 4,6%, una reducción del 63% respecto de los niveles de 1990 (12,6%). También en ese mismo año se alcanzó esta meta en lo referente al porcentaje de personas que vivían con menos de 2 dólares diarios, que se redujo 14 puntos porcentuales en relación con los valores observados en 1990. (CEPAL, 2015, p.14)

Esses resultados claramente contribuíram para permanência no poder desses governos, no entanto alguns aspectos precisam ser melhor discutidos. O primeiro, e talvez o mais importante, é que os resultados obtidos se concentraram nos anos de mais crescimento econômico na região, como evidenciado pela CEPAL (2015). As taxas relativamente altas de declínio da pobreza<sup>5</sup> estão diretamente relacionados com a criação de emprego na região entre 2003 e 2008, e também com ampliação de fontes de receita pública, aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e diminuição do número de dependentes nas configurações familiares (CEPAL, 2013), ou seja, os dados demonstram que a diminuição da pobreza refere-se a uma combinação de fatores e não como resultado exclusivo de programas de transferência de renda, como muitas vezes o discurso oficial faz parecer.

Essa onda de opção por governos com uma postura mais favorável aos investimentos em algumas áreas da política social não se verificou em países como Colômbia e México, em que se manteve a ortodoxia neoliberal, ainda que os movimentos em prol de alternativas políticas tenham se intensificado.

Especificamente sobre o contexto mexicano é possível inferir que os processos eleitorais, têm refletido esse movimento já que em alguns momentos se indicava a possibilidade de mudanças políticas do país. Apesar de enfrentar denúncias relativas à lisura dos processos eleitorais e grandes manifestações sociais, os grupos representantes do *status quo* vêm se mantendo no poder – lembremos do momento em que parecia possível a eleição de Lopez Obrador para presidente ou nas manifestações contra a posse do atual presidente mexicano Peña Nieto, em dezembro de 2012<sup>6</sup>.

Apesar do México, em termos nacionais, ter o programa de transferência de renda pioneiro na América Latina, o país segue caracterizado como um regime de alta segmentação e seu programa não tem os mesmos resultados que ou-

tros programas similares. Os dados oficiais apontam que em torno de 52% da população mexicana é pobre, ainda que o país tenha renda per cápita mediana (BANCO MUNDIAL, 2015). Distintos autores, baseados em várias pesquisas (DAMIÁN, 2011a; BOLTVINIK, 2004b), afirmam que a situação da população mexicana tem se agravado, ainda que se tenha ampliado a cobertura de saúde no país nos últimos anos através do Seguro Popular e da manutenção da transferência de renda por meio do programa Prospera. Em relação à transferência de renda a situação mexicana comprova que esse tipo de programa não pode ser tratado como solução para a pobreza, ainda mais em contextos de grande fragilidade da seguridade social e de adoção de modelos econômicos que favorecem a acumulação e a desigualdade social (FERREIRA, 2015).

### **Algumas considerações sobre a conjuntura atual**

A partir de 2012, a crise econômica atinge fortemente a região e políticas sociais vêm sendo alvos prioritários de propostas de redução de gastos públicos. Assim, apesar dos resultados alcançados por alguns países da região em termos de combate à pobreza extrema e políticas afirmativas dirigidas a grupos e indivíduos historicamente desfavorecidos, a agudização da crise econômica tornou-se a justificativa perfeita para a disputa ideológica em torno de projetos societários antagônicos, situação agravada por erros cometidos pelos grupos que chegaram ao poder nos primeiros anos do milênio.

Embora a onda de forças pró-conservadores esteja espalhada por todo o continente, como demonstram os resultados das eleições na Argentina e o processo eleitoral no Peru, o Brasil talvez agora seja o exemplo central dessas disputas políticas. O país experimentou nos anos do governo Lula uma política de convergência de interesses que possibilitou grandes lucros para o capital, de maneira que a conjuntura não fosse tão refratária a alguns investimentos voltados para grupos em maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, é que foi possível, destacadamente no campo da Política de Assistência Social, uma ação importante no sentido da institucionalização, regulamentação de benefícios e serviços e expansão de recursos que permitiram importantes avanços sociais, ainda que insuficientes diante da complexidade da realidade nacional.

No entanto, a convergência de interesses é quebrada pela crise econômica, com o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado no consumo, com os problemas enfrentados no mercado internacional de petróleo. Quando a situação eco-



nômica não está mais favorável para as elites, a ruptura veio com toda a força: exploração midiática da crise e luta aberta pelo poder político (MARINGONI, 2016).

É certo que os últimos anos serviram para as forças conservadoras entenderem o potencial estratégico de alguns investimentos sociais para as disputas eleitorais, o que se percebe quando esses grupos apresentam discursos em que se comprometem com continuidade de alguns programas sociais, como foi o caso de disputas eleitorais no Brasil em 2014, ao mesmo tempo em que claramente estão sendo propostos desmontes da seguridade social brasileira.

Também é importante lembrar que o bom desempenho político de grupos mais favoráveis a alguns investimentos sociais na primeira década do milênio está relacionado a uma característica da historiografia latino-americana: liderança política na região fortemente dependente do carisma individual de líderes políticos que representavam arquétipos populares, o que lhes conferiu certa identificação com a população. Mas esses mesmos grupos mostraram grave debilidade na preparação de novos quadros de liderança e na promoção de um debate político que não caísse na compra do apoio político, nem na polarização. Situações que contribuíram muito para o desgaste político atual de representantes emblemáticos desse período.

Outro erro grave cometido está relacionado com a manutenção de práticas patrimonialistas entre estes novos governos. Não é possível fazer uma nova política através da manutenção de velhas práticas de corrupção, favores e clientelismo. Era fundamental que esse período pudesse ter se caracterizado por aumento nos investimentos produtivos, avanços em ciência e tecnologia, e tivesse propiciado a reorientação da participação do continente no mercado internacional. Em outras palavras, ficaram pendentes, nesse momento que parecia favorável inclusive pelas possibilidades de integração regional, reformas profundas nos setores econômico, produtivo, social, fiscal, político, de modo que não tivéssemos que seguir apenas atuando para mitigar as consequências da desigualdade no continente, mas para possibilitar avanços concretos no combate à reprodução das desigualdades.

No presente momento, estão em disputa pela hegemonia forças distintas que apresentam projetos societários que implicam concepções opostas da atuação do Estado. Grupos que agora se articulam para retornar ao poder, são claramente favoráveis às políticas neoliberais implementadas na década de 90 na região, o que é especialmente grave para uma região ainda tão desigual, em que marcadores da desigualdade se somam e se reforçam mutuamente (ALMEIDA, 2005). O retrocesso dos resultados obtidos, mesmo que parcos, poderão ter sérias consequências para a população.

O debate bastante polarizado em que se encontra o Brasil, por exemplo, aponta que a estratégia a ser adotada pelos grupos que estão retornando ao poder na região deve ser manutenção formal de alguns programas sociais – evita-se o suicídio político de acabar com programas que têm apoio popular. Mas, estes programas tendem a ter os seus caminhos impactados pelo declínio dos recursos, diminuição de investimentos, não ampliação de público.

De outro lado, depois de mais de 30 anos de implementação das políticas neoliberais, a política social no México não passou por transformações significativas, e a situação da população mexicana em alguns aspectos é dramática, ainda mais se consideramos o potencial econômico do país. A política econômica segue privilegiando a estabilidade macroeconômica a um alto custo social. Assim, embora não tenha apresentado grandes ampliações de cobertura, a transferência de renda tem sido o meio de acesso para seus beneficiários daquilo que já deveria ser universalizado: cobertura de saúde e a educação, já que as famílias beneficiárias acedem ao Seguro Popular (seguro de saúde) por meio da inclusão no programa Prospera e é com as bolsas estudantis do programa que podem cobrir os gastos com educação “pública” que inclui cotas de inscrição, transporte, material, merenda (FERREIRA, 2015). Verifica-se assim que o contexto de implementação do programa Prospera é característico de países que não lograram desenvolver sistemas amplos de proteção social, e depositam nos programas de focalizados de transferência condicionada de renda “quase tudo” em termos de proteção social aos sujeitos que não se encontram incorporados aos mercados de trabalho formais (COBO, 2012).

Em condições tão adversas não soa raro a intensificação de algumas manifestações populares, no entanto, no México como no Brasil a mobilização popular tem sido alvo de dura repressão estatal, como tem acontecido com mobilizações estudantis e de professores, como a repressão recente às ocupações das escolas por estudantes no Rio de Janeiro e em São Paulo e a violência sofridas por professores que vem se manifestando contra a reforma educativa no México. (NAVARRO, TOLEDO e GILLY, 2016)

Se o desejo coletivo por avançar na construção de uma sociedade mais justa conseguir se impor, a formação de novos quadros políticos capazes de romper com velhas práticas patrimonialistas será fundamental. Mas, principalmente, será necessário assumir a prioridade do investimento em políticas sociais que possam combinar a dimensão da universalidade com iniciativas específicas para assegurar a justiça para os grupos em situação de histórica desvantagem. Essa tarefa também

demanda reforçar o aparato institucional das políticas sociais diminuindo as possibilidades de dano dos governos em turno para a política de Estado.

Para alcançar esse desejo será necessário assumir, através de políticas econômicas e sociais, compromissos centrais: a participação social; formulação de políticas de curto, médio e longo prazo que possam atender às demandas da população frente às novas configurações familiares e transformações demográficas; desenvolvimento econômico sustentável; crescimento do emprego, mas também o acesso a políticas de proteção social dissociadas do emprego formal (situação ainda pouco presente no continente) rompendo a lógica contributiva em favor da compreensão da participação no usufruto da riqueza socialmente produzida como um direito humano inalienável.

## Referências

ALMEIDA, Guilherme Silva de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids*. Tese doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, UERJ. Rio de Janeiro, 2005.

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E. e GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

Banco Mundial. *México*, 2015. Disponível em: <http://datos.bancomundial.org/pais/mexico> Consultado em 17 de janeiro de 2015.

BARBA, Carlos. *Retos para la inclusión de los pobres en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. *Los enfoques latinoamericanos sobre la política social: más allá del consenso de Washington*. Espiral, 31, vol. XI. Guadalajara, Universidad de Guadalajara, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Régimen de bienestar y reforma social en México*. Serie Políticas Sociales, 92. Santiago de Chile, CEPAL, 2004b.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo, Cortez, 2010.

BOLTVINICK, Julio. *Métodos de medición de la pobreza. Una tipología*. In: BOLTVINICK, J. e DAMIAN, A. La pobreza en México y el mundo. Realidades y desafíos. México DF, Siglo XXI editores, 2004a.

\_\_\_\_\_. *Políticas focalizadas de combate a la pobreza en México*. In: BOLTVINICK, J. e DAMIAN, A. La pobreza en México y el mundo. Realidades y desafíos. México DF, Siglo XXI, 2004b.

BORON, Atilio. *Os 'Novos Leviatãs' e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*. In: SADER, E. e GENTILLI, P. Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia? Petrópolis, Vozes, 2009.

BRACHET-MÁRQUEZ, Viviane. *El Estado benefactor mexicano: nacimiento, auge y declive (1822-2002)*. In: BOLTVINICK, J. e DAMIAN, A. La pobreza en México y el mundo. Realidades y desafíos. México DF, Siglo XXI, 2004.

BUSTELO, Eduardo. *Retornará 'lo social'*? In: BOLTVINICK, J. e DAMIAN, A. La pobreza en México y el mundo. Realidades y desafíos. México DF, Siglo XXI, 2004.

COBO, Bárbara. *Políticas focalizadas de transferência de Renda*. São Paulo, Cortez, 2012.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Panorama social de América Latina*. Santiago de Chile, 2013.

\_\_\_\_\_. *Protección social de cara al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad*. Montevideú, 2006.

\_\_\_\_\_. *Objetivos de desarrollo del milenio*. Santiago de Chile, 2005.

\_\_\_\_\_. *América Latina y el Caribe: una mirada al futuro desde los Objetivos de Desarrollo del Milenio*. Informe regional de monitoreo de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) en América Latina y el Caribe, Santiago de Chile, 2015.

DAMIÁN, Araceli. *Panorama de la pobreza en América Latina y México*. In: BOLTVINICK, J. e DAMIAN, A. La pobreza en México y el mundo. Realidades y desafíos. México DF, Siglo XXI editores, 2004.

\_\_\_\_\_. *Pobreza y derechos socioeconómicos en México: una mirada desde la perspectiva de género*. In: VALLE, Ana María Tepichin. Género en contextos de pobreza. México DF, El Colegio de México, 2011a.

\_\_\_\_\_. *La crisis internacional y su efecto en la pobreza*. In: PATIÑO, Mario Iván, MARTÍNEZ MENDIZÁBAL, David e LOMELÍ, Enrique Valencia. La necesaria reconfiguración de la política social de México. León, Universidad Iberoamericana León, 2011b.

DUHAU, Emilio. *Política social, pobreza y focalización*. Reflexiones en torno al programa de educación, salud y alimentación. In: ZICCARDI, Alicia. Pobreza, desigualdad social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2001.

FERNANDES, Luis. *Neoliberalismo e reestruturação capitalista*. In: SADER, E. e GENTILLI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

FERREIRA, Aline Souto Maior. *Desigualdad Social, Ciudadanía y Reconocimiento*. Discusiones desde programas de transferencia de ingreso en México y Brasil. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidad de Guanajuato, 2015.

FLEURY, Sonia. *A seguridade social inconclusa*. In: FLEURY, S. A era FHC e o governo Lula: transição? Brasília: Inesc, 2004. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/Seguridade.pdf>. Consultado em 29/06/2016.

HUBER, Evelyne. *Globalización y desarrollo de políticas sociales en Latinoamerica*. In: BOLTVINICK, J. e DAMIAN, A. La pobreza en México y el mundo. Realidades y desafíos. México DF, Siglo XXI, 2004.

LAURELL, Asa Cristina. *Avanzar al pasado: la política social del neoliberalismo*. In: BORGIANI, E. e MONTAÑO, C. La política social hoy. São Paulo, Cortez, 2000.

MARÍNEZ, Freddy. *La política social en la transición mexicana*. Apresentação realizada no XV ISA World Congress of Sociology. Brisbane, Australia, 2002.

MARTÍNEZ MENDIZÁBAL, David. *Política social y pobreza en Guanajuato: reconstrucción de una trayectoria local útil para las entidades federativas*. León, Universidad Iberoamericana León, 2008.

MONNERAT, Giselle Lavina, SENNA, Mônica de Castro Maia, SCHOTTZ, Vanessa, MAGALHÃES, Rosana e BURLANDY, Luciene. *Do direito incondicional à condicionalidade do direito*. Revista Ciência e Saúde Coletiva, 6, vol. 12. Rio de Janeiro, Abrasco, 2007.

MARINGONI, Gilberto. *Brasil: el escándalo Lula y el PT*. SinPermiso, 12/03/2016. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/brasil-el-escandalo-lula-y-el-pt-dossier>. Consultado última vez em 29/06/2016.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social na reestruturação do capital*. O Canto da Sereia. Tese de doutorado, PPG-ESS/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

NAVARRO, Luis Hernández, TOLEDO, Victor M e GILLY, Adolfo. *México: qué país mata a sus maestros?* Dossier. SinPermiso, 25/06/2016. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/mexico-que-republica-mata-a-sus-maestros-dossier>, Consultado por última vez em 29/06/2016.

OLIVEIRA, Francisco de. *Neoliberalismo à brasileira*. In: SADER, E. GENTILLI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista/O Onitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

PRECIADO CORONADO, Jaime Antonio. *De la triple crisis, a la legitimación del universalismo como una política (social) de civilización en México*. In: PATIÑO, Mario Iván, MARTÍNEZ MENDIZÁBAL, David e LOMELÍ, Enrique Valencia. La necesaria reconfiguración de la política social de México. León, Universidad Iberoamericana León, 2011.

SADER, Emir. *Refundar el Estado*. Posneoliberalismo en América Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estado, democracia, e alternativa socialista na era neoliberal*. In: SADER, E. GENTILLI, P. Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia? Petrópolis, Vozes, 2009.

SANTANA, Adalberto. *La Revolución Mexicana y su repercusión en América Latina*. In: Latinoamérica. Revista de estudos latino-americanos, nº 44. México DF, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2012.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte, UFMG, 2012.

SPOSATI, Aldaíza. *Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes*. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, MDS/UNESCO, 2009.

TAVARES, Laura. *Os custos sociais do ajuste neoliberal*. São Paulo, Cortez, 2002.

THERBORN, Goran. *A crise e o futuro do capitalismo*. In: SADER, E. GENTILLI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.

URIBE GÓMEZ, Mónica. *Los vaivenes de las políticas sociales en Argentina, Colombia, Chile, México y Uruguay: ¿neo o posneoliberalismo?* México DF, Universidad de Guanajuato, 2011.

## Notas

- 1 Assistente social formada pela UFRJ, Mestre em Política Social pela UFF, Doutora em Ciências Sociais pela Universidad de Guanajuato- México. Centro de Capacitação da Política de Assistência Social – SMDS/PCRJ. Email: [aline.soutomaior@yahoo.com.br](mailto:aline.soutomaior@yahoo.com.br)
- 2 Esse documento histórico pode ser consultado em: [http://www.diputados.gob.mx/Leyes-Biblio/ref/cpeum/CPEUM\\_orig\\_05feb1917\\_ima.pdf](http://www.diputados.gob.mx/Leyes-Biblio/ref/cpeum/CPEUM_orig_05feb1917_ima.pdf), consultado por última vez em 29/06/2016
- 3 Sobre esse tipo de ação, ver a valiosa contribuição de Burlandy, Luciene. Comunidade Solidária: engenharia institucional, focalização e parcerias no combate à fome, à pobreza e à desnutrição. Tese de Doutorado, ENSP, FIOCRUZ, 2003.
- 4 Documento resultado de Conferência das Nações Unidas em que os países membros se comprometeram com 8 objetivos a serem alcançados até 2015, em torno do enfrentamento da pobreza e melhora das condições de vida da população. Para maiores informações ver: <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>, consultado em 29/06/2016.
- 5 Vale ressaltar que os critérios de definição de pobreza no Brasil, e na América Latina em geral, são muito estritos. Ver: FERREIRA, Aline Souto Maior (2015).
- 6 Sobre as acusações de fraude eleitoral nas eleições de 2006 e 2012 em que disputava Lopez Obrador, então representante do partido de oposição PRD à presidência do México, e a atual situação política mexicana vale conferir: Mora, Manuel Aguillar. México, La cruda verdad del obradorismo. IN: Revista Sin Permiso, 31/08/2014. Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/mxico-la-cruda-verdad-del-obradorismo>, última consulta em 29/06/2016.

**Artigo recebido em julho de 2016 e aceito para publicação em agosto de 2016.**

